

A QUESTÃO TRANSCONTINENTAL EM REQUIEM PARA O NAVEGADOR SOLITÁRIO

Carlos Henrique Lucas Lima*

RESUMO

Esta apresentação pretende, a partir do romance *Requiem para o navegador solitário*, do timorense Luís Cardoso, pensar de que maneiras a questão do exílio – e especialmente por conta de um dos argumentos centrais deste texto, *exílios* – se apresenta na narrativa. Além disso, propõe-se a investigar o modelo de multiculturalismo que subjaz ao texto de Cardoso, propondo a “transcontinentalidade” como contribuição teórica e política da obra em análise. *Requiem para o Navegador Solitário*, portanto, visibilizaria as diferenças que constituem as identidades “transcontinentais” do Timor Leste, o que talvez sugira uma possibilidade de superação dos traumas passados – enquanto Nação – e a proposição de novos caminhos para as literaturas, antes nacionais, e agora, conforme entende Rita Schmidt – na esteira de Spivak - “planetárias”.

Palavras-chave: Transcontinentalidade. Exílios. Visibilização da diferença.

RESUMEN

Este artículo pretende, a partir de la novela *Requiem para o navegador solitário*, del timorense Luis Cardoso, pensar de qué maneras la cuestión del exilio – y por la argumentación de este texto, *exílios* – se presenta en la narrativa. Por otra parte, se propone a investigar también el modelo de multiculturalismo que subyace en el texto de Cardoso, proponiendo la “transcontinentalidad” como contribución teórica y política de la obra bajo análisis. *Requiem para o Navegador Solitário*, por lo tanto, pone al descubierto las diferencias que constituyen las identidades “transcontinentales” de Timor Oriental, lo que podría sugerir una posibilidad de superación de los traumas pasados – como Nación – y proponer nuevos caminos para las literaturas, antes nacionales, y ahora, como quiere Rita Schmidt – siguiendo la estela de Spivak - “planetarias”.

Palabras-clave: Transcontinentalidad. Exílios. Visibilización de la diferencia.

*

Carlos Henrique LUCAS LIMA é Licenciado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e discente do Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado História da Literatura – da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista CAPES/DS.

A ação multicultural é obra de homens brancos para que todos, indistintamente, sejam disciplinarmente europeizados como eles.

Silviano Santiago

O reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação.

Homi Bhabha

Este ensaio pretende, a partir do romance *Requiem para o navegador solitário*, do timorense Luís Cardoso, pensar de que maneiras a questão do exílio – e especialmente por conta de um dos argumentos centrais deste texto, *exílios* – se apresenta na narrativa. Além disso, se propõe investigar o modelo de multiculturalismo que subjaz ao texto de Cardoso, propondo a “transcontinentalidade” como contribuição teórica e política da obra em análise.

O romance *Requiem para o navegador solitário*, de 2006, põe em “tela de julgamento” o projeto colonial europeu, e, em especial, português, levado a cabo ao longo do século XX no Extremo Oriente, de modo específico na parte oriental da Ilha Timor. A protagonista – também narradora –, Catarina, jovem filha de pai chinês, é dada em casamento ao capitão Alberto Sacramento, capitão do porto de Díli, e representante da administração portuguesa nesta “exótica” cidade, importante posto comercial lusitano.

A narrativa se estriba nas memórias de Catarina, embaladas essas pela busca do “navegador solitário”, ou nas palavras da narradora, “do príncipe encantado”. Podendo ser lida como uma espécie de conto de fadas às avessas, *Requiem para o navegador solitário*, sob o olhar feminino de Catarina, relata histórias e costumes do povo timorense, tendo como pano de fundo, entre outros acontecimentos históricos, a Segunda Guerra Mundial e o florescimento de guerrilhas urbanas fomentadas por japoneses e aliados.

Cinco são os deslocamentos, ou exílios, mobilizados neste ensaio no sentido de ler a narrativa de Luis Cardoso como um relato de e sobre seres diaspóricos e apátridas: do próprio autor, Luis Cardoso, da protagonista, Catarina, de Sir. Lawrence, “nobre” comerciante à espera de uma distinção real, de Rodolfo Marques

da Costa, administrador do Hotel Salazar e de Alain Gerbault, o navegador solitário. Além dessas cinco personagens, tomadas como chave de leitura acerca do exílio, ou *de exílios*, destaco dois locais ou pontos de convergência dos mesmos: o Hotel Salazar e a própria Ilha Timor.

“Exílio”, neste ensaio, é tomado em um sentido amplo, entendido como deslocamento, apesar de não ignorarmos, conforme indica Said (2003), as diferenças que podem ser estabelecidas entre exilados, refugiados, expatriados e emigrados (p. 54). Para Said, “O exílio tem origem na velha prática do banimento. Uma vez banido, o exilado leva uma vida anômala e infeliz, com o estigma de ser um forasteiro”. O administrador do Hotel Salazar, Rodolfo Marques da Costa, oferece amostra desse tipo de deslocamento, muito embora, segundo veremos a seguir, o governo português tentar cooptá-lo em câmbio de facilidades comerciais.

Díli, cidade administrada pelo governo português de Salazar, igual que Macau, é um local de exilados, degredados e de toda a sorte de comerciantes de distintas nacionalidades. A própria ida de Catarina ao Timor se deve a um negócio, mal logrado, entre seu pai – chinês residente na Batávia (atual Jacarta) – e o capitão português Alberto Sacramento, natural de Goa e filho de pai português.

A notícia da pacificação no território português espalhou-se rapidamente na vizinhança, e o incremento da cultura do café, promovido pelo governador Celestino da Silva, fez com que para esta terra convergissem as atenções de gente ávida de enriquecimento (...) (CARDOSO, 2006, p. 13)¹

A passagem acima destaca bem a atração que o Timor, devido à pacificação imposta pelas autoridades portuguesas, fomentou em muitos e diferentes indivíduos e organizações comerciais “ávidos de enriquecimento”. E é exatamente o negócio do café que anima Sacramento a firmar sociedade com o pai de Catarina, este temeroso do avanço dos japoneses – inimigos históricos de seus vizinhos chineses.

O pai de Catarina, assim, não titubeia em momento algum em mandar a protagonista do romance à cidade de Díli com vistas a fazer valer o acordo comercial com o capitão do porto. Diz Catarina: “Cheguei à cidade de Díli a bordo de um cargueiro holandês, num entardecer explosivo, uma mistura de cores entre o

1

A partir de agora, quando da referência ao texto de Cardoso (2006), citarei, apenas, o número da página.

amarelo e o vermelho, que me parecia anunciar uma catástrofe bíblica” (p. 18). Como que antevendo o fatídico desenrolar de sua estada, pois também Catarina é um ser em deslocamento, a jovem chinesa dirige-se ao Hotel Salazar:

Ao passar junto do Hotel Salazar fiz uma paragem. Sentei-me numa cadeira e pedi uma chávena de chá. Ouviam-se vozes ruidosas de homens e de mulheres no interior contrastando com o silêncio que se estabelecia em redor do edifício. Falavam português, tétum, bengali, malaio e, de vez em quando, ouvia-se uma frase inteira em inglês - *How we alone of mortals are* – Tal confusão de línguas parecia ser uma pequena amostra do que seria uma babel. Ou talvez um bordel, como antros escuros dos portos de uma grande metrópole onde se cruzam marinheiros provenientes de vários continentes. (p. 21)

Catarina apresenta o hotel como um local de “promiscuidade cultural”, já que ali enxerga uma confusão – tal como Babel – sincronizada. Gentes de vários continentes, de distintos falares e costumes, mas melancolicamente, segundo sugere o verso de Yeats, “solitárias”. E aqui a narrativa faz coro a Said que assevera a aguda solidão experienciada pelos seres exilados, expatriados etc. Em sequência ao excerto citado, diz a narradora: “Mas, o facto de acontecer numa pequena cidade do fim do mundo, um lugar de gente *condenada* a morrer de tédio ou de uma doença invulgar que provoca morte lenta, causou-me alguma estranheza” (p. 21, a marcação é minha). A palavra “condenada”, utilizada por Catarina, é emblemática nesse sentido, porquanto põe em evidência o carácter impositivo – seja por um imperativo político ou comercial – da estada de tais pessoas no Hotel e na própria Ilha Timor.

Como antes se afirmou, a própria protagonista tem sua ida ao Timor motivada por um imperativo comercial. À parte isso, Catarina, mesmo antes de sua inserção na “babel” timorense, já se encontra cindida em diversos pedaços de identidades.

O visitante, durante todo o tempo em que esteve em nossa casa, não atirou os olhos nem de mim nem de uma peça de jade, que representava uma gata. Provavelmente, o seu interesse pelo objeto servia de cobertura para outra peça amarela que não era de pedra, mas sim de carne e osso e representava uma menina chinesa com *pretensões culturais exóticas*. (p. 15, as *marcações* são minhas).

As marcações na citação acima indicam as incoerências identitárias de Catarina, moça chinesa com “pretensões culturais exóticas” – note-se que a

focalização que considera incongruentes os hábitos é dada pela própria Catarina. Assim, tal passagem conduz à conclusão de que a narradora possui plena consciência de sua identidade confusa ou, se se pode dizer, “babélica”. Em outro momento, o romance dá conta do gosto musical de Catarina por Debussy e de seu interesse por línguas estrangeiras e pela literatura europeia.

(...) – A Catarina fala francês como se fosse uma parisiense – fiquei na dúvida se devia tomar aquilo como um elogio ou puro exibicionismo. Uma rapariga petulante a fazer-se a um estrangeiro. Uma animadora de visitantes. (p. 166).

Rodolfo Marques da Costa, o administrador do Hotel Salazar, deportado pelo governo salazarista, também se apresenta como amostragem de uma identidade em deslocamento, porquanto, por um lado, distanciado de sua terra natal, Portugal, e, por outro, igualmente distante da ideia de pátria e nação apregoada por Salazar². Marques da Costa, de igual modo a milhares de palestinos e judeus, segundo relata Said, reconstrói, a partir do exílio, a nação (2003, p. 57). A narradora do romance percebe, no trecho a seguir, que o administrador do ironicamente denominado Hotel “Salazar”, um agitador político anarquista, tenta “justificar seu alinhamento com a administração, que muitas vezes lhe valeu a reprimenda dos seus antigos camaradas que o acusavam de ter vendido a alma ao diabo” (p. 28). Contudo, mais ao fim da narrativa, percebe-se que Marques da Costa, ao contrário da expectativa de seus camaradas, não frustra seus antigos ideais, partindo para a sabotagem do Hotel com a instalação de um artefato explosivo:

- O que é que vai fazer?

- Na devida altura saberá

Uma resposta enigmática que me deixou a pensar sobre o que movia este homem, cuja vida era uma sucessão de factos turbulentos, desde os tempos de adolescência em que fora expulso do Brasil, a bomba que colocara no Hotel Francforte em Lisboa, o atentado ao Comissário Geral da Polícia de Segurança Pública, Ferreira do Amaral, o desterro para a Guiné, depois para Timor, a padaria S. João, o Hotel Alandaluz antes de ser Salazar. (p. 162).

² O regime ditatorial conduzido por Salazar defendia a manutenção das colônias e insistia em seu *status* de último país colonizador ocidental.

E uma vez mais Said, comenta este autor quão cansativa e dissimulada é a condição de exilado. No exemplo de Marques da Costa, o anarquista português teve de, por largos anos, suportar o mando de um governo por ele não avalizado, o do ditador Salazar. Dessa forma, aparentemente após ter “vendido a alma ao diabo” (p. 28), o lusitano do Algarve, terra de Al-Mu’tamid, por fim, realiza seus planos. Como antes afirmei, em referência aos palestinos e aos judeus, é a partir de *fora*, do exílio, que a ideia de nação portuguesa é construída por Marques da Costa. E Sir Lawrence, outra das personagens-chave para a leitura da obra a partir da questão do exílio, constrói, e no meu entendimento termina por *simular*, a experiência inglesa no Timor via Índia:

Sir Lawrence dizia que a cor da pele era de somenos importância. Era o sotaque que definia o lugar a que uma pessoa pertencia. E o dele era o da BBC. Único e inconfundível (p. 23) (...) Sir Lawrence, natural de Bengala, dentista e amante de poesia, falante da língua inglesa e pretendente ao estatuto de cônsul honorário do Reino Unido. (p. 178)

Esses trechos indicam o entendimento de Sir Lawrence para com o que é, ou deveria ser, um inglês. Afirma ele que é o sotaque o critério definidor da pertença cultural. Sem se importar inclusive com a questão de ordem racial, o “inglês” de Bengala residente no Timor aspira ao título de cônsul honorário inglês, distinção que, apesar da perfeição do sotaque, não alcança.

Sir Lawrence não compreendia por que razão os ingleses ainda não lhe tinham concedido o título de cônsul honorário do Reino Unido. Já andava rouco por ter de cantar em todas as festas a mesma canção. O velho coronel continuava a fazer-se de surdo. Em vez de lhe arrancar os dentes devia tirar-lhe a cera dos ouvidos (p. 188).

Analogamente a Rodolfo Marques da Costa, Sir Lawrence edifica sua ideia de nação a partir do exílio. Em um trecho do romance afirma a narradora que o aspirante a cônsul admirava sobremaneira a Raja Rammohun Roy, “um brâmane que era funcionário da administração colonial inglesa em Bengala” e que “pretendia renovar o hinduísmo e abolir o velho costume da morte das viúvas na fogueira” (p. 49). Quer dizer, a admiração de Sir Lawrence por Raja se deve, sobretudo, ao seu

matiz modernizante. Assim, Lawrence percebe a necessidade de modernizar seu país natal, a Índia, ao mesmo tempo em que enxerga na Inglaterra, e em tudo o que culturalmente este país representa, o modelo digno a ser seguido, ou como sugere o romance, copiado. É possível afirmar, ainda, que a personagem de Sir Lawrence encena o desconforto do estrangeiro que desconhece seu estatuto em um estado colonial.

O MULTICULTURALISMO COMO FORÇA DE ATUAÇÃO POLÍTICA

Para pensar a questão do multiculturalismo, as reflexões de Silviano Santiago (2004) são fundamentais. É dele que aqui me sirvo para distinguir duas formas de multiculturalismo: (a) uma alinhada ao projeto político e ideológico colonial, e outra, contemporânea, (b) compromissada com uma política da *diferença* e da *visibilização* de sujeitos marginalizados pelo processo histórico.

O primeiro multiculturalismo, pisando as pegadas de Santiago, aponta para o processo definido por Robert Redfield, Ralph Linton e Melville Herskovits, em 1936, como aculturação: “o conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que acarretam transformações dos modelos [*patterns*, no original] culturais iniciais de um ou dos dois grupos” (p. 55). Tal fenômeno – o da aculturação – é comum naqueles países de passado colonial, em que indivíduos do Velho Mundo, por meio de seus costumes e práticas culturais e religiosas³, influenciavam – e aqui não se deve perder o cariz impositivo dessa “influência” – as populações autóctones (caso sobretudo de algumas nações africanas) e diaspóricas (o Brasil, por exemplo, nesse caso em se levando em conta a cultura negra em diáspora) das novas terras por eles ocupadas. Silviano Santiago destaca, ainda, o desprezo que hoje vem sofrendo essa modalidade de multiculturalismo por parte das jovens nações africanas, e, ao mesmo tempo, a revisitação que alguns países europeus têm empreendido a ele devido ao crescente número de migrantes africanos e latino-americanos que dia a

³ Santiago chama a atenção para, no caso da maioria das nações anglo-saxãs, da tradição religiosa protestante, e das nações latinas, da católica.

dia chegam às suas fronteiras⁴. Esse primeiro tipo de multiculturalismo, como talvez não fosse preciso dizer, é altamente centrípeto, quer dizer, há um movimento *sempre* em direção ao elemento europeu, como que num projeto de europeização dos indivíduos ex-cêntricos.

O segundo tipo de multiculturalismo, reclamado aqui como aquele que subjaz majoritariamente ao romance de Cardoso, procura fundar uma ética da diferença e da diversidade, abandonando o dualismo da proposta anterior – branco/não-branco, homem/mulher, e a lista poderia ser *ad infinitum* – para apostar na *visibilização* das diferenças sociais, étnicas, políticas, econômicas, gendéricas⁵ e outras, no caminho de conferir ao subalterno voz e possibilidades materiais – a cultura também faz parte da materialidade aqui invocada⁶ – para que, mesmo na periferia, tais sujeitos tenham suas vozes ouvidas.

A literatura de Cardoso oferece esse modelo teórico multicultural preocupado com a visibilização das diferenças, inclusive apostando na condução da diegese por parte de uma narradora mulher. Ao inserir no centro da narrativa a voz feminina, e ainda ao ter como foco diegético quase que exclusivamente Catarina, orienta a leitura do romance no sentido do multiculturalismo que aqui chamamos “da diferença”.

Esse multiculturalismo tem por base epistêmica a noção de *transnação*, ou no caso específico da leitura aqui empreendida, *transcontinentalidade*, já que aponta para o apagamento das fronteiras culturais e, ao mesmo tempo, econômicas. Homi Bhabha (1998), em referência a uma instalação artística por ele considerada emblemática do hibridismo cultural, diz:

O ir e vir do poço da escada, o movimento temporal e a passagem que ele propicia, evita que as identidades a cada extremidade dele se estabeleçam em *polaridades primordiais*. Essa passagem intersticial entre identificações fixas abre a possibilidade de um *hibridismo cultural que acolhe a diferença*

⁴ Talvez a percepção de Silvano Santiago no que se refere à utilização do multiculturalismo liberal, como aqui o considero, nesses últimos anos, sobretudo após a chamada “Primavera Árabe”, venha arrefecendo, de modo especial por conta da crise econômica na Europa e a consequente diminuição dos postos de trabalho nos países desenvolvidos.

⁵ Referentes ao gênero.

⁶ As propostas culturalistas da chamada “Escola de Birmingham”, capitaneada nomeadamente por Raymond Williams e Stuart Hall, entre outros, ampliou o olhar marxista estribado na materialidade econômica para uma visada cultural, apostando também na materialidade da cultura.

sem uma hierarquia suposta ou imposta. (p. 22, as marcações são minhas)

Chamo a atenção para as indicações feitas na citação anterior, as quais sublinham um entendimento que refuta a cristalização das identidades bem como o essencialismo. Quando Bhabha diz “primordiais”, aponta exatamente para o primeiro tipo de multiculturalismo, o qual advoga a superioridade de certas práticas culturais, notadamente europeias. O crítico assevera também a necessidade de que se criem “passagens” – neste texto faço alusão à obra literária sob leitura – nas quais não haja nem polarizações nem hierarquias, supostas ou impostas, não importa.

Requiem para o Navegador Solitário, portanto, visibiliza as diferenças que constituem as identidades transcontinentais do Timor Leste, o que talvez sugira uma possibilidade de superação dos traumas passados – enquanto Nação – e a proposição de novos caminhos para as literaturas, antes nacionais, e agora, conforme entende Rita Schmidt, “planetárias” (2009, p.129-145).

Referências

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

ALÓS E SCHMIDT. Margens da Poética/Poéticas da Margem: o comparatismo planetário como prática de resistência. *Revista Organon*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CARDOSO, Luis. *Requiem para o navegador solitário*. Lisboa: Quixote, 2006.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.